PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016
(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, para instituir imunidade tributária ao transporte público coletivo de passageiros.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso VI do art. 150 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 150.

.....

VI -

.....

f) transporte público coletivo de pessoas.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional Nº 90, de 15 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2015, deu nova redação ao Art. 6º, da Constituição Federal, em seu Capítulo II, dos Direitos Sociais, no Título II, que dispõe sobre Direitos e Garantias Fundamentais do cidadão brasileiro, para estabelecer que o transporte é um direito social, assim como a educação e a saúde.

Ao dar ao transporte a condição constitucional de direito social, os nobres membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil, consideraram a importância do transporte na vida do cidadão brasileiro, tal como está na justificção da

proposta de emenda, que resultou na alteração de nossa Constituição Cidadã, conforme seguinte texto:

"Vetor de desenvolvimento relacionado à produtividade e à qualidade de vida da população, sobretudo do contingente urbano, o transporte destaca-se na sociedade moderna pela relação com a mobilidade das pessoas, a oferta e o acesso aos bens e serviços. Como é de amplo conhecimento, a economia de qualquer país fundamenta-se na produção e no consumo de bens e serviços, como também no deslocamento das pessoas, ações que são mediadas pelo transporte.

Desse modo, o transporte, notadamente o público, cumpre função social vital, uma vez que o maior ou menor acesso aos meios de transporte pode tornar-se determinante à própria emancipação social e o bem-estar daqueles segmentos que não possuem meios próprios de locomoção.

Portanto, a evidente importância do transporte para o dinamismo da sociedade qualifica sua aposição na relação dos direitos sociais expressos no art. 6º da Constituição."

As dificuldades que atingem constantemente as classes trabalhadoras, como se sabe, ganham ainda mais relevo em momentos de crise econômica, como o que vivemos atualmente.

O aumento do desemprego e a redução dos valores dos salários põem em risco direitos fundamentais albergados na Constituição, entre os quais a garantia do chamado "mínimo existencial", que assegura a todos os que vivem no País um elenco básico de elementos essenciais à vida com dignidade.

O transporte público coletivo de passageiros, certamente figura entre os itens desse rol de direitos sociais da mais alta relevância e por isso, a incidência de impostos sobre a atividade configura grave incoerência do texto da Lei Maior, que é preciso corrigir.

Não se pode esquecer que a tributação indireta – como é o caso – ao infiltrar-se silenciosamente nos preços dos bens e serviços, acaba onerando quem efetivamente paga por eles: o consumidor-usuário.

A proposta que ora se submete ao elevado escrutínio do Congresso Nacional, em seu papel de constituinte derivado, pretende corrigir essa contradição, atribuindo a esses serviços um tratamento fiscal compatível com seu papel de garantia fundamental.

É certo que a tributação sobre o transporte público coletivo de passageiros não traz receitas significativas aos cofres públicos, mas prejudicam consideravelmente os usuários que usufruem e necessitam desse serviço, tendo em vista a elevação do valor da passagem neste sistema de mobilidade

Convicto da importância da emenda constitucional aqui proposta, no sentido de firmar direitos à plena cidadania, conclamamos aos ilustres Parlamentares o apoio indispensável para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado Julio Lopes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, para instituir imunidade tributária ao transporte público coletivo de passageiros

Parlamentar		Assinatura
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, para instituir imunidade tributária ao transporte público coletivo de passageiros.

Parlamentar	Assinatura
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016
(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da
Constituição Federal, para instituir imunidade
tributária ao transporte público coletivo de
passageiros

Parlamentar	Assinatura
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	

115	
116	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016
(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, para instituir imunidade tributária ao transporte público coletivo de passageiros.

Parlamentar	Assinatura
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	

66	
67	
68	
69	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016
(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, para instituir imunidade tributária ao transporte público coletivo de passageiros.

Parlamentar	Assinatura
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	

134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, para instituir imunidade tributária ao transporte público coletivo de passageiros.

Parlamentar	Assinatura
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	

84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016
(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da
Constituição Federal, para instituir imunidade
tributária ao transporte público coletivo de
passageiros

Parlamentar	Assinatura
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	
151	

152	
153	
154	
155	
156	
157	
158	
159	
160	
161	
162	
163	
164	

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016
(Do Sr. Julio Lopes e outros)

Altera o inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, para instituir imunidade tributária ao transporte público coletivo de passageiros.

Parlamentar	Assinatura
165	
166	
167	
168	
169	
170	
171	
172	

173	
174	
175	
176	
177	
178	
179	
180	
181	
188	
183	
182	
183	
184	
185	